

1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro

3956096 - 1877074

Custas: R\$
total 1298,74



Emissão: 52-FET3 189,03-00 20,69-MM 13,28-AC 0,24-CP
46-22-FUNARPE 46,22-FUNARPE 36,38
Registrado e digitalizado em 07/04/2018



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS
ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**

ENTRE

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.,
COMO EMISSORA,**

**SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA.,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO,**

**EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.,
COMO FIADORA,**

**CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA LTDA. E
FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.,
COMO INTERVENIENTES ANUENTES**

DOCS-SP - 316241v4



Handwritten signatures and initials on the right margin.



Pelo presente instrumento particular,

- (a) **EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, nº 274 (parte), Botafogo, CEP 22.281-036, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 18.494.537/0001-10, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");
- (b) **SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 717, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04.530-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.657.675/0001-86, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**Agente Fiduciário**");
- (c) **EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar, Vila Olímpia, CEP 04.547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Fiadora**");

e, na qualidade de intervenientes anuentes,

- (d) **CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.014.221/0001-47, neste ato representada na forma do seu contrato social ("**Garantidora**"); e
- (e) **FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, sociedade de economia mista, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, nº 219, Botafogo, CEP 22281-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Furnas**");





sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, a Fiadora, a Garantidora e Furnas referidos, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**";

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A. ("**Escritura de Emissão**"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula I, conforme segue:

1.1.1. "**AGE da Emissora**": possui o significado atribuído no item 2.1;

1.1.2. "**Escriturador**": possui o significado atribuído no item 4.7.2;

1.1.3. "**Agente Fiduciário**": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;

1.1.4. "**Amortização Extraordinária**": possui o significado atribuído no item 5.6.1;

1.1.5. "**ANBIMA**": possui o significado atribuído no item 3.1.2;

1.1.6. "**Assembleia Geral de Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 10.1.1;

1.1.7. "**Banco Liquidante**": possui o significado atribuído no item 4.7.1;

1.1.8. "**CETIP**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and a signature that appears to be 'A. A. A.' with a checkmark.



- 1.1.9. "**CNPJ/MF**": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.10. "**Código ANBIMA**": possui o significado atribuído no item 3.1.2;
- 1.1.11. "**Código Civil Brasileiro**": significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e alterações posteriores;
- 1.1.12. "**Código de Processo Civil Brasileiro**": significa a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e alterações posteriores;
- 1.1.13. "**Coordenador Líder**": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.14. "**Contrato de Distribuição**": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.15. "**Contrato de Garantia**": possui o significado atribuído no item 7.2.1;
- 1.1.16. "**CVM**": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.17. "**Data de Emissão**": possui o significado atribuído no item 5.1.7;
- 1.1.18. "**Data de Integralização**": possui o significado atribuído no item 5.3.1.1;
- 1.1.19. "**Data de Vencimento**": possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.20. "**Debêntures**": possui o significado atribuído no item 3.1.1;
- 1.1.21. "**Debêntures em Circulação**": possui o significado atribuído no item 10.2.2;
- 1.1.22. "**Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 5.1.4;
- 1.1.23. "**Dia Útil**": possui o significado atribuído no item 5.2.3.7;
- 1.1.24. "**Emissão**": possui o significado atribuído no item 3.1.1;



R



W

S

f
A
K



1.1.25. "**Emissora**": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;

1.1.26. "**Encargos Moratórios**": possui o significado atribuído no item 5.3.4;

1.1.27. "**Escritura de Emissão**": significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.;

1.1.28. "**Fiadora**": possui o significado atribuído no item (c) do preâmbulo;

1.1.29. "**Fiança**": possui o significado atribuído no item 7.1.1;

1.1.30. "**Financiamento BNDES**": possui o significado atribuído no item 5.5.2;

1.1.31. "**Furnas**": possui o significado atribuído no item (e) do preâmbulo;

1.1.32. "**Garantidora**": possui o significado atribuído no item (d) do preâmbulo;

1.1.33. "**Hipóteses de Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.1;

1.1.34. "**IGP-M/FGV**": significa o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

1.1.35. "**Instrução CVM 28**": possui o significado atribuído no inciso (v) do item 8.1.1.1;

1.1.36. "**Instrução CVM 358**": possui o significado atribuído no inciso (vi) do item 8.1.1.2;

1.1.37. "**Instrução CVM 476**": possui o significado atribuído no item 3.1.1;

1.1.38. "**Investidores Profissionais**": possui o significado atribuído no item 4.6.3;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and several other marks.



- 1.1.39. "**Jornais de Publicação da Emissora**": possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.40. "**JUCERJA**": possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.41. "**JUCESP**": possui o significado atribuído no item 3.2.2;
- 1.1.42. "**Lei das Sociedades por Ações**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.43. "**Obrigações Garantidas**": possui o significado atribuído no item 7.1.1;
- 1.1.44. "**Oferta Restrita**": possui o significado atribuído no item 3.1.1;
- 1.1.45. "**Partes**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.46. "**Período de Capitalização**": possui o significado atribuído no item 5.2.4.1;
- 1.1.47. "**Preço de Subscrição**": possui o significado atribuído no item 5.3.1.1;
- 1.1.48. "**RCA da Fiadora**": possui o significado atribuído no item 2.2;
- 1.1.49. "**Remuneração**": possui o significado atribuído no item 5.2.3;
- 1.1.50. "**Resgate Antecipado Obrigatório**": possui o significado atribuído no item 5.5.2;
- 1.1.51. "**Taxa DI**": possui o significado atribuído no item 5.2.3; e
- 1.1.52. "**Valor Nominal Unitário**": possui o significado atribuído no item 5.1.1.



CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÃO

- 2.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 4 de janeiro de 2016 ("**AGE da Emissora**"), conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("**Lei das Sociedades por Ações**") e na alínea "k", do parágrafo único, do artigo 18 do estatuto social da Emissora.
- 2.2. A garantia fidejussória outorgada pela Fiadora no âmbito da Emissão (conforme abaixo definido) é concedida com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 30 de dezembro de 2015 ("**RCA da Fiadora**").

CLÁUSULA III - REQUISITOS

3.1. Dispensa automática do registro na CVM e do registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

- 3.1.1. A 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), sob regime de garantia firme de colocação, será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.
- 3.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("**ANBIMA**"), exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("**Código ANBIMA**"), não sendo aplicáveis à Emissão as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que



expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento.



3.2. **Arquivamento e Publicação dos Atos Societários da Emissora e da Fiadora**

3.2.1. A ata da AGE da Emissora que deliberou sobre a Emissão será devidamente: (i) registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"); e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico (em conjunto, "Jornais de Publicação da Emissora"), conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2.2. A ata da RCA da Fiadora que deliberou sobre a Fiança (conforme abaixo definido) será devidamente: (i) registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"); e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

3.3. **Inscrição da Escritura de Emissão na JUCERJA**

3.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, de acordo com o exigido pelo inciso II e parágrafo 3º do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma via original ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definido) após o seu efetivo arquivamento.

3.4. **Registro da Garantia Fidejussória no Registro de Títulos e Documentos**

3.4.1. Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pela Fiadora, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e uma via original de cada registro será entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados do efetivo registro.





3.5. **Registro para Distribuição e Negociação**

- 3.5.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as distribuições e negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. **Objeto Social da Emissora**

- 4.1.1. A Emissora tem por objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel, no rio Teles Pires, localizada entre os Estados do Mato Grosso e do Pará, incluindo as respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora, nos termos do Leilão de Geração 10 de 2013, proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e executar outras atividades que sejam correlatas.

4.2. **Número da Emissão**

- 4.2.1. As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

4.3. **Número de Série**

- 4.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.4. **Valor Total da Emissão**

- 4.4.1. O valor total da Emissão é de R\$532.000.000,00 (quinhentos e trinta e dois milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).





4.5. **Destinação dos Recursos da Emissão**

4.5.1. Os recursos captados por meio desta Emissão serão integralmente destinados pela Emissora ao pagamento do saldo do valor nominal unitário das debêntures da sua primeira emissão, emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.".

4.6. **Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, a ser prestada pela instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("**Coordenador Líder**"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("**Contrato de Distribuição**").

4.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo 1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.



4.6.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, são considerados **"Investidores Profissionais"** aqueles investidores referidos no artigo 9-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013 e alterações posteriores, observado que todos os fundos de investimento serão considerados investidores profissionais, ainda que se destinem a investidores não profissionais.

4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara, dentre outros assuntos, que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

4.6.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.6.6. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.6.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais apenas.

4.6.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.



4.6.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.



4.7. **Banco Liquidante e Escriturador**

4.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 6º andar, Cerqueira César, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 ("**Banco Liquidante**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

4.7.2. O escriturador das Debêntures é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 6º andar, Cerqueira César, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 ("**Escriturador**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. **Características Básicas**

5.1.1. Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

5.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 53.200 (cinquenta e três mil e duzentas) Debêntures.

5.1.3. Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.





- 5.1.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.
- 5.1.5. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.
- 5.1.6. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.1.7. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão será 11 de janeiro de 2016 ("**Data de Emissão**").
- 5.1.8. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vigência de 11 (onze) meses e 19 (dezenove) dias contados da Data de Emissão, com vencimento final em 30 de dezembro de 2016 ("**Data de Vencimento**").

5.2. **Atualização Monetária, Amortização e Remuneração**

- 5.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
- 5.2.2. Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela, a ser realizada na Data de Vencimento.
- 5.2.3. Remuneração: As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a juros correspondentes à variação acumulada de 120,50% (cento e vinte inteiros e cinquenta centésimos por cento) da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis,





calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização (conforme abaixo definido) até a Data de Vencimento e pagos nas datas mencionadas no item 5.2.4 abaixo, de acordo com a fórmula a seguir ("**Remuneração**").

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

"J": valor da Remuneração relativa a cada uma das Debêntures, acumulada no período, devida no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe": Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator DI": corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

"p": 120,50 (cento e vinte inteiros e cinquenta centésimos);

"k": corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo "k" um número inteiro;

"nDI": corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo "nDI" um número inteiro;





"TDI_k": corresponde à Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k": corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

observado, ainda:

(A) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(B) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(C) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(D) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.2.3.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizado, em sua substituição para apuração de TDI_k, o valor da última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.





- 5.2.3.2. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro Dia Útil seguinte ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.
- 5.2.3.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.
- 5.2.3.4. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a legalmente substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da substituição, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para ratificar o parâmetro a ser aplicado.
- 5.2.3.5. Caso não seja legalmente prevista taxa de substituição da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.
- 5.2.3.6. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a





totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso.

- 5.2.3.7. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "**Dia(s) Útil(eis)**" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.
- 5.2.4. O pagamento da Remuneração será realizado no dia 11 de julho de 2016 e na Data de Vencimento; na data em que ocorrer alguma das Hipóteses de Vencimento Antecipado; ou na data do Resgate Antecipado Obrigatório, o que ocorrer primeiro.
- 5.2.4.1. Define-se período de capitalização ("**Período de Capitalização**") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
- 5.2.4.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à Data de Vencimento.

5.3. **Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento**

- 5.3.1.1. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ao preço de subscrição das Debêntures,





que será seu Valor Nominal Unitário ("**Preço de Subscrição**"), sendo certo que todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas na mesma data ("**Data de Integralização**").

5.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos do item 5.2.3 desta Escritura de Emissão, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados: (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

5.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula VI a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a: (i) multa moratória de 2% (dois por cento), calculada sobre os valores em atraso; e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis*, calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas ("**Encargos Moratórios**").



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.



5.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na cláusula precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório ou multa no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Liquidante, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em lei.

5.4. Repactuação

5.4.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

5.5. Resgate Antecipado Obrigatório

5.5.1. Não será permitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja total ou parcial, com exceção do disposto: (i) no item 5.2.3.6 acima; ou (ii) nas hipóteses previstas abaixo.

5.5.2. A Emissora realizará o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"), caso ocorra qualquer das seguintes hipóteses:





- (i) liberação de recursos decorrentes de contrato de financiamento de longo prazo com (ou com recursos do) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("**Financiamento BNDES**"); ou
- (ii) o não pagamento integral, no vencimento, do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0202.1, celebrado entre o BNDES e a Emissora em 15 de maio de 2015 ("**Empréstimo Ponte BNDES**"), ou caso o vencimento do Empréstimo Ponte BNDES não seja devidamente prorrogado.

5.5.3. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser precedido de notificação escrita a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis à realização do pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório, que deverá conter:

- (iii) a data indicada e o procedimento para o a realização do Resgate Antecipado Obrigatório, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (iv) menção que o valor devido aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Obrigatório será calculado conforme previsto no item 5.6.3 abaixo; e
- (v) quaisquer outras informações consideradas relevantes à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

5.5.3.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título do Resgate Antecipado Obrigatório será equivalente ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo resgate e de demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate, sendo certo que não haverá incidência de qualquer prêmio.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and a checkmark.

5.5.3.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que o Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser comunicado pela Emissora à CETIP, por meio de correspondência com a anuência expressa do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de sua realização.

5.5.3.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.6. Amortização Extraordinária

5.6.1. A Emissora poderá realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures, somente se houver aprovação prévia de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação e observado o disposto no item 5.6.2 abaixo, ("Amortização Extraordinária").

5.6.2. Os termos, condições e procedimentos da Amortização Extraordinária, tais como, mas não se limitando, o percentual de amortização, a data pretendida para a amortização e o eventual pagamento de prêmio deverão ser aprovados previamente pelos Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, conforme mencionado no item 5.6.1 acima, devidamente reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim.

5.6.3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária parcial será equivalente a no máximo 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização até a data da efetiva amortização e de demais encargos devidos e não pagos até a data da efetiva amortização.

5.6.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização da Amortização Extraordinária seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, sendo



que a Amortização Extraordinária deverá ser comunicado pela Emissora à CETIP, por meio de correspondência com a anuência expressa do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de sua realização.



5.7. **Aquisição Facultativa**

5.7.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM.

5.7.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos do item 5.7.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

5.8. **Garantias**

5.8.1. A Emissão contará com garantia fidejussória a ser outorgada pela Fiadora, assim como por cessão fiduciária de conta vinculada e aplicação financeira da Garantidora, nos termos da Cláusula VII abaixo.

5.9. **Publicidade**

5.9.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores www.edpbr.com.br. Eventual alteração nos Jornais de Publicação da



W-
Handwritten signatures and marks on the right margin.

Emissora poderá ser feita mediante simples notificação ao Agente Fiduciário, desde que observada a Lei das Sociedades por Ações.



CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. Observado o disposto nos itens a seguir, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses e desde que observados os prazos de cura, conforme aplicável ("Hipóteses de Vencimento Antecipado"):

- (i) não pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;
- (ii) descumprimento pela Emissora, pela Fiadora ou pela Garantidora, no prazo e na forma devidos, de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Garantia, conforme o caso, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário a respeito do referido inadimplemento;
- (iii) decretação de falência, liquidação ou dissolução, conforme o caso, da Emissora ou da Fiadora bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;



42



Handwritten signature and initials on the right margin.



- (iv) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial formulado pela Emissora ou pela Fiadora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (v) perda ou término antecipado da concessão, ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, da concessão de serviço público de geração de energia elétrica da Emissora, quando aplicável;
- (vi) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, em caso de inadimplemento pela Emissora de suas obrigações decorrentes da Emissão;
- (vii) cisão, fusão, incorporação, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique na alteração do seu controle acionário atual, nos termos dos artigos 116 e 118 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se: (a) Fiadora permanecer no capital social e no bloco de controle da Emissora; ou (b) houver sido obtida a anuência prévia de Debenturistas que representem 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (viii) intimação de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor, individualmente seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) contra a Emissora ou a Fiadora, exceto se contar com a anuência de Debenturistas que representem 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (ix) protesto cambiário contra a Emissora ou contra a Fiadora, cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), desde que referido protesto não seja contestado de boa-fé pela Emissora ou pela Fiadora e não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias;



R



W

A

✓
A
A



- (x) destinação dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures para finalidade diversa da prevista nesta Escritura de Emissão;
- (xi) constituição de qualquer espécie de ônus ou gravames, incluindo, mas não se limitando a, hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, promessa de venda, opção de venda sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Emissora, exceto nos casos de: **(a)** reposição ou substituição dos referidos bens; ou **(b)** os bens ou direitos cedidos ou alienados em garantia no âmbito do Financiamento BNDES;
- (xii) constituição de arresto, sequestro ou penhora judicial ou extrajudicial sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões reais);
- (xiii) declaração de vencimento antecipado de qualquer de qualquer contrato financeiro ou instrumento representativo de dívida celebrado no mercado financeiro ou de capitais: **(a)** da Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou **(b)** da Fiadora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (xiv) ressalvado o disposto no subitem (ii) do item 5.5.2 acima, inadimplemento, não sanado do respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais: **(a)** da Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou **(b)** da Fiadora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (xv) contratação ou assunção de quaisquer novos financiamentos ou instrumentos representativos de dívida no mercado financeiro ou de capitais, exceto: **(a)** se devidamente aprovada por Debenturistas



R



W

✓

A



representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures; ou (b) no caso de dívidas subordinadas à presente Emissão. Para fins da alínea (b) deste item, as dívidas subordinadas serão permitidas desde que tais financiamentos tenham vencimento posterior à Data de Vencimento, e desde que as Debêntures tenham prioridade em relação às acionistas e demais credores, no recebimento de quaisquer valores devidos pela Emissora; e

- (xvi) se a garantia objeto do Contrato de Garantia (conforme abaixo definido) tornar-se insuficiente e o respectivo reforço de garantia não for devidamente realizado no prazo, termos e condições estabelecidos no Contrato de Garantia.

6.2. As Debêntures resgatadas em decorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado serão canceladas.

CLÁUSULA VII GARANTIAS

7.1. Garantia Fidejussória

7.1.1. Para assegurar o cumprimento do valor equivalente a 66,667% (sessenta e seis inteiros e seiscentos e sessenta e sete milésimos por cento) das Obrigações Garantidas, a Fiadora comparece à presente Escritura de Emissão, como fiadora e principal pagadora do referido valor equivalente a 66,667% (sessenta e seis inteiros e seiscentos e sessenta e sete milésimos por cento) das Obrigações Garantidas, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil Brasileiro, e 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro ("Fiança"). Para fins da presente Escritura de Emissão, "**Obrigações Garantidas**" significa todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, da Emissora decorrentes das Debêntures e assumidas nos termos desta Escritura de Emissão incluindo, mas não se limitando, aos Encargos Moratórios, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de eventuais ações



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.



judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas.

- 7.1.2. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Fiadora.
- 7.1.3. A Fiança é prestada pela Fiadora no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente da garantia prestada no âmbito do Contrato de Garantia (conforme abaixo definido) ou de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.
- 7.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora será admitida ou invocada pela Fiadora com o fim de escusar-se ao cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito desta Emissão.
- 7.1.5. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida, vigente e eficaz em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas, ressalvado o disposto no item 7.3 abaixo. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.
- 7.1.6. Observado o disposto no item 7.3 abaixo, a Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nesta Escritura de Emissão.
- 7.1.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, respeitada a proporção prevista no item 7.1.1. e observado o disposto no item 7.3 abaixo.
- 7.1.8. A Fiadora se sub-rogará no crédito detido pelos Debenturistas contra a Emissora, observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil Brasileiro, respeitada a proporção prevista no item 7.1.1. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento das Obrigações Garantidas com a satisfação do crédito dos Debenturistas.



R



W-
✓
A
M



7.1.9. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

7.2. Garantia Real

7.2.1. **Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Aplicação Financeira.** O pagamento do valor equivalente a 33,333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento) das Obrigações Garantidas será garantido por cessão fiduciária sobre conta e aplicação financeira de que a Garantidora é titular, a ser prestada pela Garantidora, até referido limite de 33,333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento) das Obrigações Garantidas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 3 de agosto de 2004, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969 e alterações posteriores, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e alterações posteriores e nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Conta Vinculada e Aplicação Financeira e Outras Avenças" ("**Contrato de Garantia**").

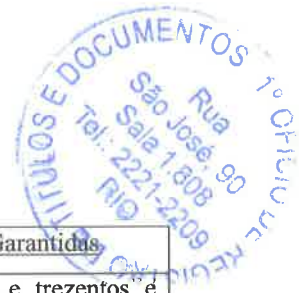
7.3. A Fiadora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, solicitar a redução do valor da Fiança desde que o faça mediante a prestação por Furnas das seguintes garantias: (i) carta de fiança bancária; ou (ii) cessão fiduciária de cotas de aplicação financeira a ser mantida junto ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário ou custodiante, conforme o caso. A Garantidora, por sua vez, poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, solicitar a substituição de sua respectiva garantia objeto do Contrato de Garantia por carta de fiança bancária. Cada carta de fiança bancária ou cessão fiduciária de cotas de aplicação financeira poderá ser oferecida pela Garantidora ou Furnas, conforme o caso, na qualidade de acionistas e garantidoras da Emissora, no valor mínimo correspondente à sua participação societária na Emissora, de forma a assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas, nas seguintes proporções:



Handwritten signature or mark.



Handwritten signatures and marks on the right margin.



<u>Acionista</u>	<u>Proporção das Obrigações Garantidas</u>
Garantidora	33,333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento)
Furnas	33,333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento)

7.3.1. Toda e qualquer prestação ou substituição de garantia, por Furnas ou Garantidora, mencionada no item 7.3 acima, dependerá de prévia aprovação dos titulares de Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data que o Agente Fiduciário receber notificação da Fiadora ou Garantidora, conforme o caso, informando sobre sua intenção de substituir a respectiva garantia. Os Debenturistas, reunidos na Assembleia Geral de Debenturistas, deverão deliberar sobre a aprovação ou não da prestação da garantia, por Furnas ou Garantidora, e aprovar as respectivas características, incluindo se será carta de fiança bancária ou cessão fiduciária de cotas de aplicação financeira, conforme estipulado no item 7.3 acima, bem como eventual banco emissor da carta de fiança, valor, prazo e demais condições aplicáveis à garantia em questão.

7.3.2. Desde que aprovada a prestação da garantia por Furnas nos termos do item 7.3 acima, a Fiadora deverá manter a Fiança, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, na proporção de 33,334% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e quatro milésimos por cento) das Obrigações Garantidas.

7.3.3. Durante todo o período de vigência das Debêntures, as garantias da Emissão deverão somar e, portanto, garantir no mínimo 100% (cem por cento) das Obrigações Garantidas, sendo certo que qualquer substituição das garantias atualmente prestadas, nos termos desta Cláusula VII, deverá observar esse preceito, sob pena de não serem consideradas válidas e sob pena de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente e automaticamente vencidas as Debêntures, nos termos do inciso (ii) do item 6.1.1 acima.



7.3.4. Eventual substituição de garantia, nos termos deste item 7.3, será realizada mediante celebração de aditamento à presente Escritura de Emissão, não sendo, neste caso, devida qualquer taxa, prêmio, custo operacional ou qualquer outro encargo semelhante pela Emissora aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Obrigações Adicionais da Emissora

8.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora, devidamente auditadas, relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM, além de declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento das obrigações dispostas na presente Escritura de Emissão;
- (ii) em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, na medida em que o fornecimento de tais informações não seja vedado por legislação a que a Emissora ou seu grupo econômico estejam sujeitos;





- (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula VI, no prazo de 1 (um) Dia Útil após o conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites e desde que respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão;
- (iv) cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL recebida pela Emissora relativa a uma causa de término de suas respectivas concessões, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do seu recebimento;
- (v) informar e enviar ao Agente Fiduciário os documentos necessários à realização do relatório anual, elaborado conforme inciso (xii) do item 9.4.1 desta Escritura de Emissão, os quais incluem o organograma, todos os dados financeiros e atos societários, conforme Instrução nº CVM 28, de 23 de novembro de 1938 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 28**") referentes ao exercício social imediatamente anterior, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário e que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para divulgação pelo Agente Fiduciário, nos termos do inciso XVIII do artigo 12 da Instrução CVM 28. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle;

8.1.1.2. Cumprir as obrigações estabelecidas nos artigos 7-A e 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

- (i) a partir do início da Oferta Restrita, por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores, manter lista, contendo:
(a) o nome das pessoas procuradas; (b) o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ou do CNPJ/MF; (c) data



em que foram procuradas; e (d) as respectivas decisões em relação à Oferta Restrita;



- (ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (iii) submeter anualmente suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (iv) divulgar anualmente suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores (www.edpbr.com.br), dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (v) manter os documentos mencionados no item (iv), acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (vi) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações posteriores ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder; e
- (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, assim como dos





documentos listados abaixo, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, os quais devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:

- (i) balanço patrimonial;
 - (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido, com inclusão da demonstração dos lucros e prejuízos acumulados;
 - (iii) demonstração do resultado do exercício;
 - (iv) demonstração de fluxo de caixa;
 - (v) parecer dos auditores independentes; e
 - (vi) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;
- 8.1.3. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto por aqueles que estejam sendo contestados judicial ou administrativamente pela Emissora.
- 8.1.4. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com as Leis das Sociedades por Ações e com as regras da CVM.
- 8.1.5. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM.
- 8.1.6. Manter seus bens e ativos, considerados indispensáveis ao fiel desenvolvimento e operação das atividades da Emissora, devidamente segurados.





Fitch Ratings ou a Moody's América Latina, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco: (i) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, até a Data de Vencimento; (ii) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (iv) comunicar ao Agente Fiduciário, no Dia Útil subsequente, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (a) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina; ou (b) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

- 8.1.15. Obter o relatório de classificação de risco da Emissão elaborado por qualquer uma das agências de classificação de risco indicadas no item 8.1.14 acima no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da Data de Emissão e entregar ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora.
- 8.1.16. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos da referida manutenção.
- 8.1.17. Cumprir com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às



determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.



CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

9.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) parcelas trimestrais de R\$3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais) cada, sendo a primeira devida até o 5º Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e as seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (ii) as parcelas citadas no inciso (i) serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (iii) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS; Contribuição para Financiamento da Seguridade





Social - COFINS; e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda -IRRF, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

- (iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos desta cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.2.2. O pagamento da remuneração prevista no *caput* desta cláusula será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.2.3. A remuneração prevista no *caput* desta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.2.4. Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias, alimentações e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ocorrer conforme previsto no item 9.6.2 abaixo.

9.2.5. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma do item 9.6 a seguir.

9.2.6. Os serviços cobertos pela remuneração prevista do item 9.2.1 são aqueles descritos na Instrução CVM 28, na Lei das Sociedades por Ações, nesta Escritura de Emissão e nos demais atos normativos da CVM.





9.3. Substituição

- 9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
- 9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto no item 9.3.6 abaixo.
- 9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.
- 9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o item 9.3.2 acima.
- 9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.
- 9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCERJA e nos Cartórios de





Registro de Títulos e Documentos localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na comarca da sede do novo agente fiduciário.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de liquidação de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.4. **Deveres**

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e





irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante a órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora ou da Fiadora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 5.9 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea b do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:





- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) aquisição facultativa e pagamento de Remuneração realizadas no período;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (h) declaração sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (i) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que





tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- (i) denominação da companhia ofertante;
 - (ii) valor da emissão;
 - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
 - (iv) espécie;
 - (v) prazo de vencimento das debêntures;
 - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xiii) colocar à disposição o relatório de que trata o item (xii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) em seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder;





- (xiv) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador ou a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da ciência de qualquer inadimplemento pela Emissora (observados os prazos de cura correspondentes), de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - (a) à CVM; e
 - (b) à CETIP;
- (xviii) divulgar as informações referidas no inciso (j) do item (xii) desta cláusula em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;





- (ix) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento ou no *website* o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pelo Agente Fiduciário e acompanhado pela Emissora, a qual informará qualquer discrepância ao Agente Fiduciário; e
- (xx) emitir quitação de valores devidos de juros e amortização das debêntures, desde que antes os mesmos sejam confirmados pelo Banco Liquidante ou pelo Escriturador.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou da Fiadora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou da Fiadora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das





Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto no inciso (iv) acima.

- 9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e demais atos normativos da CVM aplicáveis e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou desta Escritura de Emissão.
- 9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.





9.6. **Despesas**

- 9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, desde que devidamente comprovadas, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.
- 9.6.2. As despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sendo que no caso de despesa individual acima de R\$3.000,00 (três mil reais) o Agente Fiduciário deverá tão somente comunicar a Emissora que a despesa será efetuada, dentro dos padrões de mercado, apresentando as cópias dos respectivos comprovantes, e sempre respeitando os limites de razoabilidade.
- 9.6.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas nos itens 9.6.1 e 9.6.2. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.
- 9.6.3.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 9.6.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora relativa aos pagamentos devidos ao Agente Fiduciário, nos termos do item 9.2 acima.
- 9.6.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou





ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.5. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas no item 9.6.4 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

9.6.6. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.



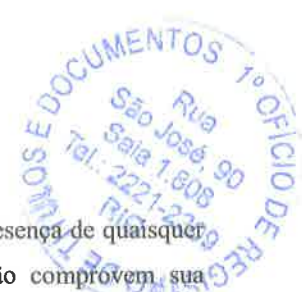


CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

- 10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.
- 10.1.4. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.
- 10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.





- 10.1.6. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

10.2. **Quórum de Instalação**

- 10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
- 10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (b) controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de diretores, conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.
- 10.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.3. **Mesa Diretora**

- 10.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.



- 10.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



10.4. **Quórum de Deliberação**

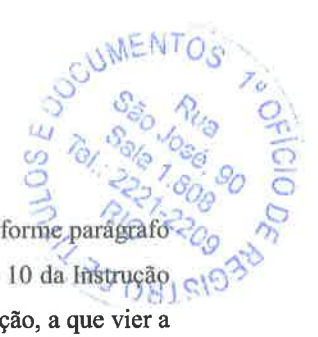
- 10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão e nas hipóteses previstas no item 10.4.2 abaixo, as quais dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, e quaisquer anuências prévias das hipóteses previstas na Cláusula VI, as quais dependerão da aprovação de Debenturistas que representem 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação .
- 10.4.2. Os seguintes assuntos deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: alterações referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como aos encargos aplicáveis às Debêntures, à periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, à Remuneração ou aos prazos e condições de vencimento (excetuando-se a hipótese de indisponibilidade da Taxa DI, conforme disposto no item 5.2.3.6 acima), Repactuação ou Amortização Extraordinária, bem como alterações das Hipóteses de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, ou dispositivos sobre quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, assim como matérias relacionadas aos termos e condições das garantias previstas nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. **Declarações e Garantias do Agente Fiduciário**

- 11.1.1. O Agente Fiduciário neste ato declara e garante à Emissora:





- (i) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (iii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (iv) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (v) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (vii) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (x) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;





- (xi) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xii) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 4ª (quarta) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Bandeirante Energia S.A., subsidiária integral da Fiadora, com vencimento em 01 de julho de 2016, em que foram emitidas 39.000 (trinta e nove mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$ 390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais);
- (xiii) de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 2015, disponibilizadas à CVM, o patrimônio líquido consolidado da Fiadora traduz-se em R\$7.527.890.000,00 (sete bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, oitocentos e noventa mil reais). A Fiança mostra-se, assim, suficiente em relação às Obrigações Garantidas; e
- (xiv) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

11.1.2. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

11.2. **Declarações e Garantias da Emissora**

11.2.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo,





então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em:
(a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (v) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) para o recebimento e manutenção da outorga da UHE São Manoel exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere a autorizações e licenças cuja falta não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (vi) a Emissora não tem conhecimento do descumprimento de leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou





tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora, para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures ou que estejam sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;

- (vii) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (viii) a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental da(s) qual(is) seja parte, que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (ix) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (x) todas as informações prestadas por ocasião da Emissão, incluindo informações a respeito da Oferta Restrita, das Debêntures, da Emissora e de suas atividades e situação econômico-financeira são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita; e
- (xi) a Emissora é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.





- (xii) a Emissora cumpre rigorosamente, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social; e
- (xiii) a Emissora deverá observar a destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão prevista no item 4.5 acima e se responsabilizar por todos as consequências oriundas do não atendimento da referida disposição.

11.3. **Declarações e Garantias da Fiadora**

11.3.1. A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das suas obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) os representantes legais da Fiadora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;





- (iv) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (v) não tem conhecimento a respeito do descumprimento de leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Fiadora, para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures ou que estejam sendo questionadas pela Fiadora de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;
- (vi) as demonstrações financeiras da Fiadora relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Fiadora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados no Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Fiadora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (viii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;





- (ix) que todas as informações prestadas por ocasião da Emissão, incluindo informações a respeito da Oferta Restrita, das Debêntures, da Fiadora e de suas atividades e situação econômico-financeira são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita; e
- (x) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

- 12.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Custos de registro

- 12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.3. Comunicações





12.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Se para a Emissora:

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.

Rua Real Grandeza, nº 274 (parte), Botafogo

CEP 22.281-036, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

At.: Sr. Cesare Barghetti Junior

Telefone: (11) 2185-5537

Fac-símile: (11) 2185-5100 / (11) 2185-5987

E-mail: cesare.junior@saomanoelenergia.com.br

(ii) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 717, 10º andar, Itaim Bibi

CEP 04.530-001, São Paulo - São Paulo

At.: Nelson Santucci Torres

Telefone: (11) 3048-9943

e-mail: nelson.torres@slw.com.br / fiduciario@slw.com.br

(iii) Se para a Fiadora:

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar, Vila Olímpia

CEP 04.547-006, São Paulo - São Paulo

At.: Sra. Maytê Albuquerque

Telefone: (11) 2185-5023

Fac-símile: (11) 2185-5167

E-mail: mayte.albuquerque@edpbr.com.br

(iv) Se para a Garantidora:





CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA LTDA.

Rua Funchal, nº 418, conjunto 2901, Vila Olímpia

CEP 04551-060, São Paulo - São Paulo

At.: Srs. João Meirelles e Carlos Carvalho

Telefone: (11) 5632-3200

e-mail: joao.meirelles@ctgbr.com.br / carlos.carvalho@ctgbr.com.br

(v) Se para Furnas:

FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Rua Real Grandeza, nº 219, Bloco C, sala 906, Botafogo

CEP 22281-900, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

At.: Sr. Caio Pompeu de Souza Brasil Neto

Telefone: (21) 2528-3784

e-mail: caiop@furnas.com.br

(vi) Se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo - São Paulo

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

(vii) Se para o Banco Liquidante de Emissão:

BANCO CITIBANK S.A.

Av. Paulista, nº 1.111, 6º andar, Cerqueira César

CEP 01311-920, São Paulo - São Paulo

At.: Agency and Trust Operações (Sra. Paula Gomes Castilho)

Telefone: (11) 4009-7088

Fac-símile: (11) 2122-2057

e-mail: sfs.agency.trust@citi.com



[Handwritten signature]





(viii) Se para o Escriturador:

BANCO CITIBANK S.A.

Av. Paulista, nº 1.111, 6º andar, Cerqueira César

CEP 01311-920, São Paulo - São Paulo

At.: Agency and Trust Operações (Sra. Paula Gomes Castilho)

Telefone: (11) 4009-7088

Fac-símile: (11) 2122-2057

e-mail: sfs.agency.trust@citi.com

12.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios, sob protocolo, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

12.4. **Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

12.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.



[Handwritten signature]



[Handwritten signatures and initials: W, Z, J, A, V]



12.5. **Efeito Vinculante**

12.5.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.6. **Independência das Disposições**

12.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.7. **Lei Aplicável**

12.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.8. **Foro**

12.8.1. Fica eleito o Foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 2016



[Handwritten signature]



[Handwritten signatures and initials: W, Z, A]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.



EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
na qualidade de Emissora

Nome: **CASSIO CARVALHO PINTO VIDIGAL**
Cargo: **PROCURADOR**

Nome: **André Luiz de Castro Pereira**
Cargo: **Diretor**





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

na qualidade de Agente Fiduciário



Nome:

Cargo: Nelson Santucci Torres
SLWCVLT



Nome:

Cargo: Antonio Milano Neto

W



63





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.

na qualidade de Fiadora

Nome:

Cargo: **Henrique M.M.F.L. Freire**
Diretor Vice-Presidente
EDP - Energias do Brasil S.A.

Nome:

Cargo: **Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Diretor Vice-Presidente







Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.

CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA LTDA.

na qualidade de garantidora

	
Nome: <u>Silvio Alexandre Sena de Silva</u>	Nome: <u>CARLOS NAKAO</u>
Cargo: <u>Sp. Investimentos</u>	Cargo: <u>PROCURADOR</u>






Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Empresa de Energia São Manoel S.A.

FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.


na qualidade de interveniente anuente


Nome:
Cargo: Flavio Decat de Moura
Diretor-Presidente


Nome:
Cargo: Nilmar Sisto Foletto
Diretor de Finanças

Testemunhas:


Nome: Marco Antonio Silva
RG: Gestor Executivo
Operações Financeiras
CPF: 838.525.658-04


Nome: Fátima Ventura Alves
RG: 35907380-3

